

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG**

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Alfenas/MG, CEP 37130-000, Fone (35)3299-1072

---

**JULGAMENTO DE RECURSO Nº 02 - CONCORRÊNCIA nº 01/2010**

**PROCESSO: nº 23087.003278/2010-10**

**RECORRENTE: SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**

**RECORRIDA: JUNCO & MOREIRA LTDA - EPP**

**DOS FATOS:**

Insurge-se a SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, ora designada Recorrente, vem apresentar Recurso Administrativo contra decisão da Comissão Permanente de Licitação que habilitou no referido processo licitatório a empresa JUNCO & MOREIRA LTDA – EPP, alegando que a recorrida não comprovou sua regularidade fiscal e apresentou falsa informação do Contrato Social.

**DA TEMPESTIVIDADE E DOCUMENTOS**

A fundamentação do recurso foi registrada pela empresa recorrente no Protocolo da Instituição, no dia 13 de setembro de 2010, ou seja, dentro do prazo legal estabelecido. Sendo concedido igual prazo para apresentação das contra-razões das demais licitantes participantes do processo licitatório.

**DAS CONTRA-RAZÕES**

As contra-razões foram apresentadas, no dia 20 de setembro de 2010, ou seja, dentro do prazo legal, pela Recorrida JUNCO & MOREIRA LTDA – EPP, das quais seguem:

- a) *“A Recorrida impugna todos os documentos anexos pela recorrente em sede do recurso administrativo, uma vez que os mesmos não dizem respeito a empresa Junco & Moreira Ltda – EPP”. Documentos estes referentes a empresa B.B.L.C Empreendimentos e Serviços Ltda – EPP.*
- b) *“Note-se que a Recorrida anexou aos autos, Certidão Negativa de Débitos de Qualquer Origem, emitida pela Prefeitura Municipal de Campinas, em 08 de julho de 2010 e Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida em 18 de agosto de 2010”.*
- c) *“Denota-se, portanto, que tais certidões negativa de débitos, comprovam não apenas que a Recorrida está inscrita nos órgãos: municipal e estadual competentes, mas ainda não possui qualquer débito face aos mesmos”.*
- d) *“A Recorrida ao instalar sua sede a Rua Antônio Borges, 12, Jardim Chapadão, na cidade de Campinas/SP, efetuou todas as alterações necessárias junto aos órgãos competentes, sendo que todos os documentos por ela anexados, inclusive Certidão Negativa de Débito Municipal e Estadual demonstram sua real localização”.*
- e) *“É evidente que, se no local onde encontra-se instalada sua sede, fosse apenas de zoneamento de uso residencial, como quer fazer crer a recorrente, a Prefeitura Municipal de Campinas não autorizaria a instalação da mesma, em referido local”.*



f) *"Ademais, esquece-se a Recorrente que os serviços objeto da presente licitação não serão executados nas dependências da sede ou até mesmo da filial da vencedora, mas sim em dependências próprias da UNIFAL".*

g) *"De outro passo, a alegação de que a Recorrida não explora a atividade econômica mencionada no seu contrato social é incabível, inverídica e denegri a imagem e bom nome da recorrida".*

h) *"A Recorrida esta constituída desde 1990, possui vasta experiência no mercado de preparo e fornecimento de refeições, sendo que atualmente fornece refeições ao Presídio de Andradas e Poços de Caldas, atestados estes anexados aos autos".*

i) *"Ademais, a Recorrida já apresentou neste certame atestado de capacidade técnica, devidamente averbado pelo Conselho Regional de Nutricionistas de São Paulo, comprovando assim sua capacidade técnica para desempenhar com a máxima qualidade e zelo profissional, os serviços ora licitados".*

### **DO PEDIDO**

A empresa SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA requer que seja inabilitada a empresa Junco & Moreira Ltda - EPP por não comprovar a regularidade fiscal, conforme item 28.1.2 do Edital e por apresentar falsa informação do Contrato Social, por sua sede estar localizada em zoneamento de uso residencial e por não possuir cozinha industrial na mesma.

### **DO JULGAMENTO DO MÉRITO**

A Recorrente solicita que seja revista a decisão da Comissão Permanente de Licitação que habilitou no referido processo licitatório a empresa Junco & Moreira Ltda - EPP, sob as alegações mencionadas no item anterior. Para melhor entendimento será analisado separadamente os pedidos apresentados pela Recorrente.

No que se refere à Comprovação de Regularidade Fiscal, Hely Lopes Meirelles descreve:

*"...regularidade fiscal é o atendimento das exigências do Fisco...Portanto, a situação de regularidade visada é relativa ao recolhimento de tributos..."*

Como pode, também, ser verificado no inciso III, do artigo 29, da Lei 8.666/93:

*"prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei".*

Desta forma, verificou-se que a Recorrida cumpriu na íntegra as exigências do Instrumento Convocatório e da Legislação vigente, apresentado as Certidões Negativas de Débitos, Estadual e Municipal (fls. 238 e 239) em concordância com o endereço constante do Contrato Social (fls.222), atendendo assim o item 28.1.2 do Edital.

No tocante a apresentação de falsa informação do Contrato Social, o mesmo não procede, pois o objetivo social (fls. 222 e 223) da Recorrida condiz com o objeto da Licitação.

Com relação ao local de funcionamento da sede ser zoneamento residencial, verificou-se que a Recorrida possui autorização para funcionamento da

*m*  
*Q*

Prefeitura Municipal de Campinas-SP, como pode ser constatado através da Certidão Negativa de Débitos, anexada aos autos, fls. 239 e em relação a Recorrida não possuir uma cozinha industrial, verifica-se que este requisito não é critério de julgamento para habilitação, uma vez que os serviços serão prestados na sede da UNIFAL-MG, conforme descreve objeto da Licitação:

*“Concessão de uso de área, equipamentos, utensílios e instalações próprias da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, nas cidades de Alfenas/MG, Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Centro e Poços de Caldas, Rodovia José Aurélio Vilela, nº 11.999 - Jardim Country Club, por parte de empresa do ramo de serviços de alimentação coletiva, para o fornecimento de café da manhã, refeições do almoço em bandejão e marmiteix e refeições do jantar, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, conforme especificado no Termo de Referência e Anexos”.*

Além disso, a Recorrida apresentou na fase de habilitação Atestado de Capacidade Técnica (fls. 253) do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo e a Certidão de Registro e Quitação do Conselho Federal de Nutricionistas 3ª Região (fls. 256) e apresentou, também, junto com suas Contra-Razões, Atestados de Capacidade Técnica (fls. 433 e 434) dos Presídios de Andradas e Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, o que comprova a capacidade da Recorrida de executar serviços de mesma natureza do objeto desta Licitação.

Assim sendo, a Comissão, reserva-se no direito de buscar a proposta mais vantajosa e também ampliar a competitividade do certame, respeitando o artigo 3º, da Lei 8.666/93, abaixo descrito:

**“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

A decisão por parte desta Comissão merece ser mantida porquanto correta.

#### **DECISÃO:**


Face ao exposto, a Comissão Permanente de Licitação, fundamentada nos termos do edital, na doutrina e nos dispositivos da Lei 8.666/1993, resolve conhecer o recurso interposto pela empresa SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, para no mérito:

1 - Julgar IMPROCEDENTE o presente recurso.

2 - Manter a decisão referente ao resultado de julgamento da habilitação, em respeito à Legislação vigente e aos Princípios da Administração Pública, visando o interesse público, como de fato e de direito, para que em seguida possa dar seguimento ao processo licitatório.

3 - Atribuir eficácia hierárquica ao presente recurso, submetendo-a a apreciação da Autoridade Superior da Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG para ratificação ou reforma desta decisão, com fulcro na legislação vigente.

Alfenas/MG, 24 de setembro de 2010.

  
Denis Eduardo Borba Ferreira  
Presidente da CPL

  
Vera Lúcia Cunha de Oliveira  
Membro

  
Leida Cristina Silva Maia  
Secretária